

Título do capítulo	CAPÍTULO 5 A FRONTEIRA, O DESENVOLVIMENTO REGIONAL E LOCAL E AS RELAÇÕES TRANSFRONTEIRIÇAS DO ARCO SUL
Autores(as)	Vicente Bogo Bolívar Pêgo (Moderador)
DOI	DOI: http://dx.doi.org/10.38116/ISBN978-65-5635-007-3cap5

Título do livro	FRONTEIRAS DO BRASIL: UMA AVALIAÇÃO DO ARCO SUL
Organizadores(as)	Bolívar Pêgo Rosa Moura Maria Nunes Caroline Krüger Paula Moreira Gustavo Ferreira
Volume	5
Série	Fronteiras do Brasil
Cidade	Rio de Janeiro
Editora	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)
Ano	2020
Edição	1ª
ISBN	978-65-5635-007-3
DOI	DOI: http://dx.doi.org/10.38116/ISBN978-65-5635-007-3

© Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – ipea 2020

As publicações do Ipea estão disponíveis para *download* gratuito nos formatos PDF (todas) e EPUB (livros e periódicos). Acesse: <http://www.ipea.gov.br/portal/publicacoes>

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou do Ministério da Economia.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

A FRONTEIRA, OS DESENVOLVIMENTOS REGIONAL E LOCAL E AS RELAÇÕES TRANSFRONTEIRIÇAS DO ARCO SUL¹



Mesa de palestrantes. Uruguiana, 23 de novembro de 2017. Foto: Equipe Fronteiras Ipea.

Bolívar Pêgo (Ipea – moderador)²

Bom dia. Agradeço a todos pela presença. Quero cumprimentar os nossos palestrantes pela aceitação do nosso convite. Agora pela manhã, nós teremos apresentações diversas sobre o arco Sul, envolvendo os desenvolvimentos regional e local, as relações transfronteiriças, a tríplice fronteira, as drogas na fronteira Brasil-Uruguai e o importante papel das organizações não governamentais (ONGs) na região. Nossos palestrantes são:

- Vicente Bogo (secretário do Conselho de Desenvolvimento e Integração Sul – Codesul/Rio Grande do Sul);
- Irani Fernandes (presidente da Câmara de Vereadores de Uruguiana);
- Alexandre Cunha (técnico de planejamento e pesquisa do Ipea);
- Fernando Alonso (vereador por Barra do Quaraí);

1. DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/ISBN978-65-5635-007-3cap5>

2. Coordenador-geral de pesquisa na Diretoria de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais (Dirur) do Ipea; e coordenador da pesquisa *Fronteiras do Brasil: uma avaliação de política pública*.

- Flávio Berté (coordenador do Núcleo Estadual da Região da Faixa de Fronteira de Santa Catarina); e
- Argemiro Rocha (presidente da ONG Atelier Saladero).

Ao final, teremos os debates. Daremos início, então, com a apresentação do secretário do Codesul, Vicente Bogo.



Foto: Equipe Fronteiras Ipea.

Vicente Bogo (secretário do Codesul/Rio Grande do Sul)³

Bom dia a todos, muito obrigado pela oportunidade, pelo convite. Eu preparei um tema, que espero estar consoante ao objetivo pensado pela organização. É uma maneira de trazer uma contribuição, olhando mais para as perspectivas dos governadores. No momento, como está sendo trabalhado o tema do desenvolvimento e da integração fronteiriça?

As questões referentes à fronteira são conhecidas, pois o passado justificou isso, e no presente ainda há uma discussão em andamento sobre o tema. A minha opinião, que já tive oportunidade de expressar, há uns dois anos, ainda quando havia

3. Esta apresentação está disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/apresentacoes/04_oficina_arco_sul_livro_5_apresentacao_vicente_bogo_v_23_nov_2017.pptx>.

um trabalho no Planalto com discussões sobre o tema fronteiriço, é que não dá para mexer nesse tema devido à área militar. A minha sugestão sempre foi, e continua sendo, a de que não precisamos extinguir a faixa de fronteira, mas mantê-la apenas para efeito de segurança nacional, liberando o restante para que se possa fazer o desenvolvimento, sem depender da autorização do Conselho de Segurança Nacional (CSN), pois na formatação que está, temos consequências, como:

- militarização da região, exceto em grande parte da região amazônica;
- restrição a investimentos estrangeiros e investimentos que possam ameaçar a segurança da região;
- proibição de aquisição de terras por parte de estrangeiros e relativização do domínio por parte dos proprietários nacionais;
- exigência de aprovação por parte do CSN para a instalação de empresas estrangeiras ou associadas a empresários locais; e
- baixo grau de desenvolvimento econômico e tecnológico.⁴

Sobre isso, tenho ouvido principalmente as Forças Armadas da Amazônia, onde é pouco populosa a fronteira. Em alguns lugares dessa fronteira há o Exército ou a Aeronáutica, em outros não há ninguém. Então, acho que faz algum sentido, especialmente para combater o narcotráfico, o tráfico de armas etc., que se possa ter um tratamento distinto para uma determinada parte do Brasil, mas para nós, que somos do arco Sul, não faz sentido manter a faixa de fronteira no conceito tradicional. Podemos, no entanto, compor uma solução, tendo em vista as características do tempo presente relacionado ao tema: o fim do clima de “guerra fria” entre Brasil e Argentina; o novo modelo de relações bi e multilaterais imposto pela globalização; o fim dos temores do passado obtido pelo Mercado Comum do Sul (Mercosul); e a obsolescência daquele conceito de segurança nacional.

Por consequência, deve-se rever o conceito de faixa de fronteira, mantendo-a só para fins de segurança nacional (caso um dia as Forças Armadas necessitem realizar operações de defesa). No caso de aquisição de terras por estrangeiros, basta rever o decreto presidencial sobre o tema, permitindo a ação para fins de instalação de empresas.

Os temas da faixa de fronteira também afetam o restante do território, muito embora as consequências sejam mais sentidas nas cidades gêmeas (limítrofes). Complementarmente, apontei alguns dos principais desafios que precisam ser considerados: implementar os diversos acordos bilaterais Brasil-Argentina e Brasil-Uruguaí e os do Mercosul; adotar medidas de equivalência (desburocratizadas), sobretudo em relação à circulação de pessoas e serviços e à integração comunitária,

4. Exemplo da perda de investimentos: a fabricante de pasta e papel, de origem finlandesa, Stora Enso, com plantas em São Paulo, Arapoti (Paraná) e Rosário do Sul (Rio Grande do Sul). Disponível em: <www.storaenso.com>.

questão discutida constantemente; adequar a legislação nacional dos países fronteiriços (nesse ponto, penso que faltaria retratar todos os conjuntos de propostas que transitam no parlamento sobre faixa de fronteira, sobre o desenvolvimento fronteiriço, para que se possa verificar o que é passível de ser extraído para uma implementação mais próxima); e facultar a celebração de termos, acordos e contratos de mútua cooperação entre governos locais e provinciais, por exemplo, áreas de saúde, educação, saneamento, meio ambiente etc. (os prefeitos da fronteira oeste, por exemplo, têm consórcios em vários temas).

Por que só pode haver consórcio com municipalidades do Uruguai ou da Argentina? Poderíamos fazer isso em toda a fronteira, não somente a daqui de Santa Catarina e Paraná. Essa integração facilitaria muito se fosse permitido que esses consórcios, ou outras modalidades, pudessem ser feitos com a recíproca compensação, sem depender em tudo dos governos nacionais. Se Rivera, por exemplo, atende à população de Santana do Livramento e em nível municipal, o tema deve ser resolvido entre os municípios. No transporte, os ônibus que circulam nas cidades fronteiriças não podem ir para a outra cidade pertencente ao país limítrofe, mas está tudo interligado, devendo ser transversal. Algumas coisas são simples e facilitariam muito a vida das cidades gêmeas e vizinhas.

Há outros desafios. Consolidar os pontos de convergência e divergência entre as partes (espaço de diálogo permanente) para facilitar a diplomacia e a área política, construindo os novos referenciais de integração fronteiriça e continental. Essa consolidação seria por meio do diálogo entre as cidades limítrofes, levantando o que um lado quer, o que o outro lado quer, como um propõe, como o outro propõe, e a partir disso fazer a devida construção. Outras situações seriam acelerar a implementação do compromisso celebrado em 7 de fevereiro de 2017, em Brasília, por meio de Declaração Conjunta; incorporar contribuições apresentadas pelos governos regionais e locais; e objetivar a atuação do Parlamento do Mercosul (Parlasul), já que não há uma consciência ou pelo menos melhores informações do que está sendo feito ou de como ele está funcionando. A população desconhece, e mesmo nós desconhecemos, a atividade específica desse parlamento, nem sequer um informe circula sobre o trabalho que está sendo realizado, é um assunto muito fechado.

Os avanços, por sua vez, são pontuados a seguir.

- 1) No caso do Sul do Brasil, em particular no Rio Grande do Sul, os avanços têm sido diferenciados em se tratando da fronteira com o Uruguai e com a Argentina. O motivo é a característica da fronteira: é seca. Com a Argentina, tem o rio Uruguai, que une os países pela ponte ou pela balsa, havendo, assim, uma dificuldade maior de circulação. Além disso, as desconfianças sempre foram mais fortes entre Brasil e Argentina.

As cidades gêmeas entre Brasil e Uruguai têm sido mais protagonistas na busca da superação das dificuldades impostas, à exceção de Uruguaiana. Nas cidades de fronteira como Chuí-Chuy e Santana do Livramento-Rivera, as aduanas não estão dentro das cidades. Já aqui, no rio Uruguai, os últimos pontos que encontramos para travessia são as aduanas das Receitas e a fiscalização, que estão dos dois lados. Então, se chegar ao rio, tem que passar por um controle para circular nas cidades vizinhas. Já na parte seca, circula-se livremente. Entre esses dois limites de Brasil e Uruguai, o controle se dá externamente, o que favorece a integração. Além disso, as duas equipes de governo dessas cidades se reúnem mensalmente para discutir as questões de interesse comum. Esse é um ponto que também poderia ser trabalhado em outras regiões, pois desconheço outras cidades de fronteira que tenham esse relacionamento político.

- 2) O governo do estado do Rio Grande do Sul tem dialogado, até recentemente, mais com o governo do Uruguai, estabelecendo várias ações de cooperação mútua. A principal restrição é que o tema das relações internacionais (fronteiriças) é centralizado no governo federal. Na Argentina, a Constituição Nacional prevê que as províncias possam celebrar acordos internacionais não conflitantes com os interesses nacionais, situação não prevista no Brasil.
- 3) O governo do Rio Grande do Sul está mudando o foco das relações com a Argentina, com o mútuo interesse de revitalizar o Mercosul no seu propósito econômico, em articulação com as respectivas chancelarias. Foi feito o contato por meio das chancelarias brasileira e argentina, provocado especialmente pelo governo argentino, levando a uma missão oficial àquele país. Pela primeira vez, que eu saiba, o governo central da Argentina aceita uma missão oficial de um estado não nacional. Foi a primeira vez na história do Rio Grande do Sul, que eu também tenha conhecimento, que foi feito isso. Mas por qual motivo? Porque o governo da Argentina entendeu a importância de retomar comercial e economicamente o Mercosul. A Argentina se sente com menos influência frente à força do Brasil, especialmente em São Paulo, onde está o único centro de negócios do Mercosul. Em razão disso, propõe-se uma colaboração, ou uma aliança, para aproximar o Mercosul economicamente da Argentina, trazendo, assim, para o Sul do Brasil, diante das tratativas e ações em andamento, as ações desenvolvidas descritas a seguir.
 - Diálogo e missão oficial (em 2016) do governo do Rio Grande do Sul com o governo central argentino. O governo do Rio Grande do Sul empreendeu missão oficial empresarial na província de Mendoza

e missão oficial na província de Misiones (ambas na Argentina) em dezembro de 2016. Antes, já havia celebrado Protocolo de Intenções com o governo uruguaio (primeiro ato de caráter internacional do atual governo do estado).

- Apoiado nos propósitos comuns discutidos entre Rio Grande do Sul e Argentina e na Declaração Conjunta dos dois países, o governo do estado promoveu, em Porto Alegre, em 31 de março de 2017, a primeira reunião com a participação de representação dos dois governos nacionais, o Encontro de Governadores Brasil Sul-Argentina, que resultou na Carta de Porto Alegre.
- O 2º Encontro de Governadores Brasil Sul-Argentina foi realizado em 15 de agosto de 2017, em Corrientes, capital da província de Corrientes, na Argentina, dando origem à Carta de Corrientes. Esse diálogo com a Argentina, que resultou em uma reunião de governadores, também é um fato novo na região Sul do Brasil, chamado de Fórum de Governadores Brasil Sul, reunindo Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul com governadores da Argentina. Depois de uma discussão no Codesul, o governo do Mato Grosso do Sul foi convidado a também fazer parte do conselho. Então, os quatro estados estão participando e já participaram desses dois encontros de governadores.

Vale destacar que até 2010 havia reuniões entre os governadores do Codesul e os governadores da região fronteiriça, na chamada Comisión Regional de Comercio Exterior del Noreste Argentino y Litoral (Crecenea-Litoral). Mas, devido a pendências provinciais dos governos da Argentina, essas reuniões deixaram de acontecer. Esse fórum, de algum modo, funciona como substituto, abrangendo a área de representação política da Argentina. Uma próxima reunião está sendo pensada, talvez em Santa Catarina ou Paraná, se os governadores concordarem em fazer reuniões ora no Brasil, ora na Argentina, em sistema de revezamento.

Então, no âmbito do Codesul, tivemos os resultados expostos a seguir.

- 1) Ampliação do diálogo regional, particularmente com a Zona de Integração do Centro-Oeste da América do Sul (Zicosul), que é um fórum informal criado nessa região, abrangendo o norte da Argentina, as regiões Sul e Centro-Oeste do Brasil, o sul da Bolívia, o sul do Peru e o Chile.
- 2) Estabelecimento do compromisso, entre os dois organismos, de permitir a participação de representante oficial de cada organização nas reuniões ordinárias um do outro. O Codesul e a Zicosul têm se reunido e decidido também aprofundar as relações entre os dois povos, de tal maneira que,

desde janeiro e fevereiro de 2017, as duas instâncias concordaram que uma convidará a outra para suas próprias reuniões. O governador que preside o Codesul convidou o governador que preside a Zicosul, e vice-versa, de modo que o diálogo de integração nessa faixa também está em andamento.

- 3) Criação de uma comissão de infraestrutura econômica mista (conjunta) para avaliar e definir os eixos comuns de interesse regional. Por exemplo, ligações bioceânicas, integração rodoviária, ferroviária, aeroviária e aproveitamento do potencial hidroviário (transporte, em especial). Inclui também o tema das pontes internacionais sobre o rio Uruguai, a navegabilidade deste e do rio Paraná-Paraguai. Falta, ainda, a indicação dos representantes da Zicosul. Mas o que é essa comissão? A bem da verdade, nos fóruns que vinham acontecendo, cada província ou cada estado defendeu a obtenção de uma solução que ligasse a sua região. Fala-se de ligação oceânica, mas onde? Passando pela Bolívia? Passando por Salta? E saindo de onde? De Campo Grande? De Chapecó? Ligando Porto Alegre a Rio Grande? Houve uma discussão sobre a ligação bioceânica já consolidada, saindo do Chile e teoricamente passando aqui por Uruguiana até ligar Porto Alegre. Há várias discussões, e como cada parte defende seu lado, não há acerto. Portanto, a intenção dos governadores ligados à Zicosul e ao Codesul é tentar convergir em relação ao que seriam as soluções que melhor pudessem integrar e desenvolver a região. É óbvio que existem estudos do Conselho Sul-Americano de Infraestrutura e Planejamento (Cosiplan), como também outros estudos em andamento no âmbito do Mercosul, mas como está tudo separado e solto, os governadores têm interesse em definir algo, para unir forças em uma só direção, e não com cada um puxando para a sua particular conveniência política ou eleitoral.
- 4) Mudança do espaço de diálogo para o novo fórum (Encontro de Governadores Brasil Sul-Argentina) e em tratativas bilaterais, com a desativação das reuniões do Crecenea-Litoral (Argentina). Na reunião de governadores em Porto Alegre, quando foi preparada a reunião e tendo como pano de fundo o interesse da Argentina e do governo brasileiro, em retomar o Mercosul, os governadores se questionaram por onde iriam andar e qual seria o caminho que iriam fazer. Eles entenderam que não deviam ficar reinventando a roda, pois já havia muita coisa discutida, decidida, mas não concretizada, e que, portanto, o ideal era fazer acontecer aquilo que já estava acordado entre as partes. O compromisso mais recente, como mencionei, é a declaração de 2017, entre os presidentes do Brasil

e da Argentina, que estabelece um plano de ação entre os dois países. Entre os destaques dessa declaração se encontram os seguintes temas:

- facilitação do comércio;
- cooperação regulatória;
- negociações externas do Mercosul;
- investimentos e contratações públicas;
- fortalecimento comercial e econômico do Mercosul;
- promoção comercial conjunta;
- defesa comercial;
- transporte aéreo;
- integração da infraestrutura física (por exemplo, pontes);
- agricultura;
- combate ao narcotráfico;
- cooperação para a segurança das fronteiras;
- cooperação em matéria nuclear;⁵
- cooperação em matéria espacial;⁶
- cooperação em telecomunicações;
- cooperação jurídica; e
- integração e cooperação consular.

Dessa forma, os governadores entenderam que deveriam apoiar integralmente esse compromisso celebrado entre os dois governos centrais e solicitar que este avançasse e se concretizasse o quanto antes. Nesse documento, alguns pontos já tinham agenda em andamento. Inclusive, a última agenda que me recorde estava marcada para dezembro de 2017, em Buenos Aires, onde haveria uma reunião em que os governadores marcariam a celebração de um termo preliminar de acordo do Mercosul com a União Europeia.

Assim, os governadores se reuniram em Porto Alegre apoiando essa declaração conjunta, manifestaram o interesse na implementação das medidas anunciadas e destacaram alguns pontos que consideravam mais prementes na Carta de Porto Alegre (1º Encontro de Governadores Brasil Sul-Argentina).

5. Nessa negociação, o Brasil concorda que a Argentina construa uma usina nuclear no centro-norte do país, enquanto a Argentina concorda que o Brasil faça seu submarino nuclear.

6. Uma troca que envolve também uma discussão em relação à parceria da área de lançamento de satélites.

- Manifestação do interesse em acompanhar a implementação das medidas anunciadas (plano de ação).
- Sugestão aos dois governos centrais para que promovam a criação de empresas, inclusive cooperativas binacionais, orientadas à integração de cadeias produtivas de valor do setor produtivo de ambos os países, com ênfase na agroindústria (cooperativa binacional já tinha sido aprovada no âmbito do Mercosul, contudo, faltou a assinatura do governo do Paraguai, pois a ação aconteceu no período da crise no país, quando da substituição do seu presidente, e acabou ficando em suspenso). Um exemplo: se no leste do Rio Grande do Sul se produz grande quantidade de frutas e leite, por que não pode haver uma agroindústria que a processe e a viabilize? A abertura de possibilidades nos campos potenciais da região fronteiriça promoveria a oportunidade de maior desenvolvimento em menor tempo.
- Convergência e apoio à criação de um centro de promoção comercial e de investimentos Argentina-Brasil, na cidade de Porto Alegre, sendo esse talvez o ponto político mais importante negociado entre as áreas política e diplomática. Os governadores da Argentina concordaram com os quatro governadores do Brasil em criar um centro de produção, não como o centro de negócios do Mercosul, como é o de São Paulo, mas um centro de produção comercial de investimento Brasil-Argentina, também para não gerar desconforto em relação a outros interesses e tratativas. Esse centro serviria, imaginavam os governadores, para envolver naturalmente toda área empresarial e todos que pudessem ter interesse.
- Convergência no reconhecimento da importância dos outros fóruns e organismos regionais, tais como o Foro Consultivo de Municípios, Estados Federados, Províncias e Departamentos do Mercosul (FCCR), a Zicosul, o Codesul e o noroeste e nordeste argentino (Región del Norte Grande Argentino – NOA/NEA), e a conveniência de atuar de forma integrada e coordenada. Em Corrientes, os governadores deram seguimento à discussão e reafirmaram, para os governadores que não haviam participado anteriormente, a decisão de apoiar integralmente o compromisso dos dois governos nacionais. Além disso, propuseram a Carta de Corrientes (2º Encontro de Governadores Brasil Sul-Argentina), destacando como dar maior prioridade para os governos regionais fronteiriços e circunvizinhos.
- Instalação de um centro de promoção comercial e de investimentos Argentina-Brasil, em Porto Alegre, e outro na Argentina, em local indicado pelos seus governadores, onde haja um consulado geral brasileiro, para facilitação dos trabalhos.
- A habilitação e estruturação dos serviços migratórios, alfandegários e sanitários nos pontos de passagem entre os dois países. Aqui, existem,

creio, doze pontos de passagem, de ligação entre o Brasil e a Argentina. Parece que a Argentina tem estrutura aduaneira em nove e o Brasil em seis. A reivindicação e a solução propostas pelo governo são que onde um país disponibilize essa estrutura de um lado, o outro faça correspondência, de modo que tenhamos nos dois lados, de forma recíproca, a implantação dos serviços aduaneiros e dos demais, próprios de fronteiras.

- A definição sobre interesse e autorização de implantação de projetos hidroelétricos em suas divisas no rio Uruguai. Também foi definida a importância de esclarecer melhor a questão de fazer projetos de hidrovias nesse rio. Existe, ainda, a discussão das pontes, pois barragens e pontes são temas que devem ser definidos juntos, a não ser que se defina a ponte já pensando em fazê-la com calado aéreo alto, de forma que não inviabilize sua operação futuramente.
- O estabelecimento de acordo binacional que propicie a aviação regional. Para viajar a Posadas, capital de Misiones, saindo de Porto Alegre de manhã é possível chegar à noite no mesmo dia. Mas se quiser retornar, tem que dormir em Buenos Aires, para depois ir para Porto Alegre. Não faz sentido levar um dia para percorrer uma distância de 750 km. Há tratativas para ligar, por Chapecó, Foz do Iguaçu a Florianópolis, mas não temos pelo Rio Grande do Sul. Poderíamos estar pensando em ligar Caxias do Sul, Passo Fundo ou Santo Ângelo a Posadas. Foi discutida também a construção de um aeroporto integrado binacional, que pode ser aqui em Uruguiana e, no lado do Uruguai, em Santana.

Foram evidenciados, ainda, outros pontos, como o estabelecimento de estudos e entendimentos bilaterais entre os dois governos centrais, no sentido do mapeamento, e a busca de definição de investimentos de infraestrutura, estratégicos para o desenvolvimento da região. Isso está alinhado com o assunto da comissão mista de estrutura. Foi recomendado o apoio à realização de esforços comuns para a viabilização de navegação e transporte de cargas na hidrovia Paraguai-Paraná.

Outro ponto que é considerado estratégico, no plano econômico, é que Brasil e Argentina se empenhem nas negociações com o Tratado Transpacífico (Trans-Pacific Partnership – TPP) para a inclusão do Mercosul. A partir do momento que os Estados Unidos saírem, se entende que há conveniência de entrar no TPP, até porque, se estamos falando de ligações bioceânicas, não estar dentro desse tratado não faz sentido. Essa discussão ainda está para ser definida proximamente, em Buenos Aires.

Foi considerado fundamental que Brasil e Argentina se empenhem pela assinatura do protocolo de acordo comercial entre Mercosul e União Europeia. Da mesma

forma, os governadores concordam em dar respaldo e ênfase ao fortalecimento das pequenas e médias empresas (PMEs) de ambas as regiões; estimular a identificação e criação de projetos de integração regional suscetíveis a financiamento por organismos internacionais – o que implica realização de estudos –; e criar um observatório permanente que realize o acompanhamento dos temas acordados nas reuniões, bem como aqueles constantes da Declaração Conjunta dos presidentes do Brasil e da Argentina. Na prática, decidiram fazer algo que ainda não sabem como vão fazer, já que a decisão é de Brasília. Os dois agentes que vão fazer o acompanhamento da implementação são os chanceleres brasileiro e argentino, e isso ficou a cargo dos dois ministérios das relações exteriores.

Entre os instrumentos, estão o Fundo para a Convergência Estrutural do Mercosul (FOCEM), Montevideu; o Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata (Fonplata), Buenos Aires; o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Washington; o Banco Mundial, Washington; o Fundo dos BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China, África do Sul); o Banco da União Europeia; e os organismos de planejamento do Mercosul.

Nos campos de *atuação política* encontram-se as seguintes sugestões: estudar e sugerir alterações na legislação nacional relativa à faixa de fronteira; examinar os projetos de lei sobre a faixa de fronteira e sobre o Mercosul (Parlasul, por exemplo) que tramitam no Congresso Nacional; e apoiar pública e firmemente os temas compromissados pelos governos do Brasil e da Argentina, constantes da Declaração Conjunta e do plano de ação celebrado entre os presidentes brasileiro e argentino em fevereiro de 2017, e as medidas indicadas pelo Fórum dos Governadores do Brasil Sul-Argentina.

Com relação ao Núcleo da Faixa de Fronteira do Rio Grande do Sul, aos Comitês de Fronteira e a outras instâncias representativas, recomenda-se encaminhar sugestões de medidas aplicáveis à faixa de fronteira. Na prática, o núcleo representado pelo Rio Grande do Sul sempre orienta os prefeitos e as lideranças para encaminhar sugestões ao núcleo, à Comissão Permanente para o Desenvolvimento e a Integração da Faixa de Fronteira (CDIF) e também às demais instâncias federais.

Termino com alguns temas prementes.

- Em Uruguiana, especialmente, ter tratamento separado na liberação de cargas e coletivos em relação a outros passantes. Nesse período, começa a circulação de cerca de 1 milhão de pessoas ou mais, passando por Uruguiana para as praias e outros destinos brasileiros. Só que os caminhoneiros têm que entrar na fila desse público para fazer liberação de suas cargas. Não faz sentido ficar três, quatro horas em uma fila para fazer liberação. Está se pedindo que haja uma atenção especial, para que o

trânsito de cargas tenha um tratamento próprio, separado do tratamento daqueles que passam em veículos leves ou mesmo a pé.

- Avançar na adoção dos serviços aduaneiros integrados.
- Definir a modelagem e as respectivas autorizações para a construção das pontes sobre o rio Uruguai, conforme decisão de Recife. Os governos do Brasil e da Argentina decidiram em Recife pela construção de três pontes sobre esse rio: Itaqui-Alvear, Porto Xavier-San Javier e Porto Mauá-Alba Posse. Isso não foi desfeito, a decisão ainda está em vigor. Há um acordo já de vários agentes dos governos com a reafirmação do compromisso com as pontes, mas não se define uma modelagem de gestão e financiamento. Se é público, público-privado, de que modo será? Não há avanço. Portanto, é preciso definir como a construção será feita, se é em conjunto ou não, com barragem etc.
- Agilizar as providências para viabilização da aviação regional.
- Aprofundar as ações relativas ao desenvolvimento das bacias do rio Uruguai e da Lagoa Mirim – esses temas são bem prementes, especialmente as ações da bacia do rio Uruguai, pela navegabilidade desse ponto para baixo. A Lagoa Mirim, por sua vez, interessa ao Uruguai e ao Rio Grande do Sul porque a partir dela pode-se escoar pelo rio São Gonçalo, que desemboca em Pelotas na Lagoa dos Patos, que, por sua vez, possui, ao sul, uma saída para o mar. Assim, há uma possibilidade enorme de desenvolvimento econômico na região.
- Agilizar a implementação do Acordo de Localidades Fronteiriças Vinculadas (Tratado de Porto Iguaçu, de 30 de novembro de 2005). Esse trabalho atende a muitos dos interesses das cidades gêmeas.
- Permitir acordos de reciprocidade e mútua conveniência entre cidades e municipalidades fronteiriças em espaço contíguo espacialmente (por exemplo, com criação de consórcios). É necessária maior autonomia para execução das políticas públicas que são de responsabilidade do município, como as de saúde básica, educação, transporte escolar etc. Enfim, todas essas ações estão correlacionadas, por exemplo, quando a pessoa é daqui, mas morreu lá, ou nasceu lá, mas é daqui. Deve-se permitir, facilitar, de forma que essas políticas possam ser mais bem gerenciadas localmente.
- Autorizar (permitir) o aproveitamento/desenvolvimento de atividades de agregação de valor nas regiões de fronteira, facilitando a circulação da matéria-prima e a organização produtiva. Isso precisa ser melhor estudado, porque tem muitas implicações.

- Instalação de estruturas de reciprocidade aduaneira e de imigração nos passos fronteiriços (pontos de travessia) entre Brasil, Argentina e Uruguai – o que interessa a Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Isso facilitaria muito a obtenção de uma vida melhor e de desenvolvimento por parte de algumas comunidades, mesmo nos casos onde não há ponte, nem planejamento para construção de ponte, onde ainda se faz o transporte por balsa, ou mesmo não há qualquer modo de passagem. Ainda há muitos municípios e cidades que não têm passagem oficial. Eu não vou relacionar todas as cidades porque são várias daqui até Santa Catarina, no rio Uruguai, que fazem fronteira com a Argentina, como também no Paraná. Portanto, esse assunto precisa ser pensado.

Relacionei esses temas para que o Ministério do Desenvolvimento Regional e o Ipea possam contribuir para um possível encaminhamento, auxiliando na indicação adiante, para que possam dizer: olha, entre tantas coisas, poderíamos nos concentrar em algumas dessas. Essas são as minhas sugestões para exame, se assim aprover. Muito obrigado pela atenção.

Bolívar Pêgo (Ipea – moderador)

Agradeço muito ao secretário Vicente Bogo pela excelente apresentação dentro do tema de fronteira, desenvolvimento regional e local. Vamos para a segunda apresentação, que será proferida pelo vereador, por Uruguaiense, Irani Fernandes. Vereador, por favor.

